

Reações ao ceticismo radical

Some reactions to radical skepticism

L. H. Marques Segundo
PPG-Fil /UFSC e Dep. de filosofia/ UFOP

*Se o cético não existisse, o
epistemólogo precisaria inventá-lo.*

Laurence Bonjour¹

Resumo

Enfrentar o desafio cético tem sido por muito tempo uma das principais motivações dos epistemólogos. Essa fixação se deve à força do argumento cético, que repousa em premissas plausíveis, mas estabelece uma conclusão inaceitável – a de que nada podemos saber sobre o mundo externo. O objetivo deste artigo é apresentar algumas das principais reações ao desafio cético que têm recebido especial atenção no debate contemporâneo.

Palavras-chave

Desafio cético. Argumento cético. Mundo externo.

1 - The Structure of Empirical Knowledge (1985).

Abstract

One of the main epistemologists' motivations since always is to rebut the skeptical challenge. This resoluteness is due to the strength of skeptical argument, which rests on plausible premises but supports an unacceptable conclusion – that we cannot know anything about the external world. The aim of this paper is to introduce some of the main contemporary responses to the skeptical challenge.

Keywords

Skeptical challenge. Skeptical argument. External world.

1. O puzzle cético

Grande parte dos problemas filosóficos surge como *puzzles* intelectuais. Um *puzzle* intelectual surge quando nos apercebemos de que sustentamos um conjunto inconsistente de crenças no qual cada uma dessas crenças, individualmente, nos parece plausível. Uma tensão é então gerada: temos de abandonar uma dessas crenças, muito embora não sejamos capazes de decidir qual. Como bem notou Bertrand Russell numa passagem memorável, “o peculiar da filosofia é começar com algo tão simples que pareça não merecer explicação, e terminar com algo tão paradoxal que ninguém acredite.”²

O *puzzle* cético é um desses típicos problemas filosóficos. Considere as seguintes afirmações:

- (1) Sei que tenho mãos.
- (2) Se sei que tenho mãos, então sei que não sou um cérebro numa cuba.
- (3) Não sei que não sou um cérebro numa cuba.

2 - *The Philosophy of Logical Atomism* (1972).

A afirmação (1) é uma dessas crenças simples que não merecem explicação; parece-nos obviamente verdadeira.

A afirmação (3), embora não tão óbvia assim, parece se mostrar verdadeira logo que pensamos sobre ela. Um pequeno conto de ficção científica nos ajuda a ver isso. Imagine que um cientista maluco remova o seu cérebro e o conserve numa cuba cheia de nutrientes. Ele então liga seu cérebro a um supercomputador e passa a mandar estímulos elétricos de modo a simular todas as suas experiências perceptuais. Tudo o que você vê, sente, ouve, etc. (incluindo este texto que você lê agora!) não é produto da interação da sua mente com os objetos externos a ela, mas sim de uma sofisticada simulação de computador.³ Essa é claramente uma possibilidade física,⁴ ainda que maluca. Como você afastaria tal possibilidade e diria que *sabe* que não é um cérebro numa cuba? Uma vez que parece não haver meios *a priori* de afastar tal possibilidade, você teria de recorrer a meios empíricos: seu amigo lhe disse que você tem um corpo (e que não tem qualquer coisa ligada ao seu cérebro), você se olhou no espelho e viu seu próprio corpo, você olhou para suas mãos, sentiu-as, e assim por diante. Ora, mas todas essas experiências poderiam ser produto de uma simulação, de modo que você não tem garantia de que sejam experiências produzidas pelo mundo externo. Inclusive, a sua crença sobre a impossibilidade tecnológica do incubamento de cérebros é produto da simulação. Se esses são os únicos modos de se saber que não somos cérebros em cubas, então não podemos saber que não somos.

Quanto à afirmação (2), o seguinte raciocínio nos mostra sua plausibilidade. Se ela fosse falsa, a sua negação teria de ser verdadeira; isto é, a proposição <Sei que tenho mãos e não sei que não sou um cérebro numa cuba> teria de ser verdadeira. Ora, a proposição <Tenho mãos>, implica logicamente a proposição <Não sou um cérebro numa cuba>. Pois no caso em que sou um cérebro numa cuba, não tenho corpo, e, portanto, não tenho mãos. Assim, se

3 - A hipótese do cérebro numa cuba, que foi pela primeira vez apresentada por Hilary Putnam (1981), é uma versão moderna da hipótese do Gênio Maligno de Descartes, apresentada em sua primeira *Meditação*. Uma apresentação sucinta e divertida pode ser encontrada em Pollock e Cruz (1999).

4 - Dizer que algo é uma possibilidade física significa dizer que nada nas leis da física impede que tal situação venha a acontecer. A possibilidade física é diferente da possibilidade lógica. Algo é logicamente possível se não implica contradição. Por exemplo, é logicamente possível que eu tenha um soco tão forte que derrube toda a Muralha da China: a afirmação *L. H. derrubou toda a Muralha da China com um soco* não implica contradição. Contudo, é uma impossibilidade física; a força de um soco humano não é suficiente (nem com toda tecnologia imaginável) para abalar e derrubar algo como a Muralha da China. A hipótese do cérebro numa cuba não é apenas logicamente, mas também fisicamente possível. Alguns leitores podem ter sido levados a pensar que tal hipótese é fisicamente impossível, uma vez que não dispomos de meios para manter um cérebro vivo dentro de uma cuba, e muito menos um supercomputador que simule a realidade externa. Mas isso só mostra que não há tecnologia para tal; essa tecnologia pode ser desenvolvida (não importa quando!), pois nada há nas leis da natureza que impeçam tal coisa. A acusação de impossibilidade, portanto, tem de se restringir à *impossibilidade tecnológica atual*, o que não implica impossibilidade física.

sei que tenho mãos, e ter mãos implica que não sou um cérebro numa cuba, como pode ser verdade que sei que tenho mãos mas não sei que não sou um cérebro numa cuba? Sustentar a negação de (2) é assentir ao que DeRose chamou de “conjunção abominável”. Isso parece ser razão suficiente para considerarmos (2) como bastante plausível.

Embora plausíveis, as afirmações (1)-(3) são inconsistentes, *i.e.* não podem ser todas verdadeiras ao mesmo tempo, sob pena de contradição. Por exemplo, (1) e (2) implicam (por *modus ponens*)

(4) Sei que não sou um cérebro numa cuba.

O que contradiz explicitamente (3). Ou considere (2) e (3). Elas implicam (por *modus tollens*)

(5) Não sei que tenho mãos.

O que contradiz explicitamente (1). A fim de evitar a contradição temos de abandonar pelo menos uma das afirmações (1)-(3). Mas qual?

2. Respostas ao puzzle

A rejeição de cada uma das afirmações (1)-(3) define, em linhas gerais, um tipo de resposta diferente ao nosso *puzzle*. Obviamente que seria uma tarefa difícil, neste artigo introdutório, exaurir todas as possíveis respostas; voltaremos nossa atenção então para as seguintes: (2.1) o ceticismo radical; (2.2) a resposta semântica; (2.3) o moorianismo; (2.4) a abordagem das alternativas relevantes; (2.5) a teoria rastreadora; (2.6) o neo-moorianismo, e (2.7) o contextualismo.

2.1. Rejeitando (1): o ceticismo radical

A solução cética é direta. Dado a plausibilidade de (2) e (3), nega-se (1). Temos então o *argumento cético*:

- 1 - Se sei que tenho mãos, então sei que não sou um cérebro numa cuba.
- 2 - Não sei que não sou um cérebro numa cuba.
- 3 - Logo, não sei que tenho mãos.

Esse argumento pode ser generalizado para cobrir todas as nossas crenças sobre o mundo externo, afinal a proposição <Tenho mãos> é apenas de uma das várias proposições sobre o mundo externo que consideramos saber. Façamos ME funcionar como uma variável para qualquer proposição acerca do mundo externo (e.g. <Tenho mãos>; <Ouro Preto fica em Minas Gerais>; <Há um computador defronte a mim>; etc.), e BIV representar a proposição <Sou um cérebro numa cuba>. O *Argumento Cético* generalizado pode ser assim então representado:

- 1 - Se sei que ME, então sei que não-BIV.
- 2 - Não sei que não-BIV.
- 3 - Logo, não sei que ME.

A solução cética não nos parece a mais atraente. Aceitar a conclusão de que nada sabemos sobre o mundo externo é um preço demasiado alto a se pagar a fim de se evitar o puzzle. Se quisermos, portanto, manter que sabemos algo sobre o mundo externo, temos de adotar outra estratégia e negar ou (2) ou (3).

É importante notar que uma resposta satisfatória ao argumento cético tem de satisfazer a pelo menos dois desideratos: (i) tem de apontar o erro do argumento cético, e (ii) explicar sua força – mais especificamente explicar por que é difícil rejeitar a hipótese cética. Uma resposta que satisfaça a (i) mas não a (ii) será defectiva no seguinte sentido: não conseguirá persuadir aqueles que de algum modo tendem a aceitar a conclusão cética.

Antes de prosseguir, permitam-me, porém, uma pequena digressão acerca do ceticismo.

Interlúdio I: o ceticismo filosófico e seu papel metodológico

Muitos tendem a pensar no ceticismo como uma maldição intelectual, e temem que a aceitação da conclusão cética nos leve a uma completa estagnação intelectual. Além do mais, tendem a pensar que aceitar a conclusão cética é reconhecer um certo tipo de fracasso de todo o nosso empreendimento cognitivo. Essa perspectiva um tanto dramática frente o argumento cético pode nos levar a adotar posturas bastante radicais. Uma delas é tentar bloquear o argumento cético desde o início sustentando que a adoção do ceticismo é autorrefutante. Uma vez que o cético precisa de premissas para sustentar a sua conclusão, há pelo menos algo que o cético tem saber, nomeadamente, as premissas de seu argumento. Assim, para sustentar que nada sabemos, o cético tem de saber algo; e, portanto, refuta a si próprio.

O argumento acima poderia ser efetivo contra um cético imprudente – se é que existe algum cético prudente! – que defendesse que não podemos saber sequer coisas como *tenho neste momento uma sensação de dor* ou *neste momento algo me parece vermelho*, etc. O cético do qual trataremos aqui sustenta apenas que nada podemos saber sobre o *mundo externo*. Se sabemos coisas introspectivamente, ou proposições da lógica e da matemática (e proposições conhecíveis *a priori* em geral) é algo que nosso cético não importa em conceder.

A outra postura, embora faça certa concessão ao cético, é radical no sentido de ser revisionista – o *idealismo*. O idealista concorda com o cético que não podemos saber que o mundo externo, constituído de objetos físicos, existe. Porém, não vê nisso uma ameaça ao nosso conhecimento da realidade objetiva, uma vez que pensa que a realidade é última instância mental, e não física. O cético se aproveita do hiato que o realismo abre entre a nossa mente e o mundo, da possibilidade de a causa das nossas representações mentais serem completamente diferentes das próprias representações. Ao negar o realismo, o idealista evita tal hiato. Assim, os estados mentais acerca da realidade são diretamente sobre a realidade, e não apenas meras representações dela. Para o idealista, então, podemos seguramente inferir que *p* a partir de *parece-me que p* (sem que haja a possibilidade de estarmos enganados). Poucos filósofos, porém, estão dispostos a pagar o preço do idealismo.

Há, contudo, uma atitude mais modesta frente ao ceticismo: podemos aceitar sua força e reconhecer seu papel metodológico para a epistemologia. Embora, talvez, o ceticismo seja extremamente difícil de se refutar, uma teoria do conhecimento (ou da justificação) adequada tem de lidar de alguma maneira com o desafio cético – seja explicando sua força, seja mostrando como não impugna nossas atribuições mais comuns de conhecimento, etc. Como dito na epígrafe que abre este texto, se o cético não existisse, precisaríamos inventá-

lo; ou de maneira mais pomposa, como bem assinalou Immanuel Kant em sua *Crítica da Razão Pura*:

o cético é o vigilante que conduz o raciocinador dogmático a uma saudável crítica do entendimento e da própria razão. [...] Em verdade, o método cético, em si mesmo, para as questões da razão, *não é satisfatório*, mas *preliminar*; serve para lhe despertar a cautela e indicar-lhe os meios sólidos que possam assegurar-lhe a legítima posse. (1781 A769)

Ao fazer isso, vários conceitos epistêmicos importantes podem ser clarificados, tais como *evidência, garantia, confiabilidade, acessibilidade, transparência, sorte epistêmica, transmissão, externo/interno, falibilidade* e assim por diante.

Desse ponto de vista, portanto, o cético está longe de ser o inimigo do epistemólogo; é, ao invés, seu *sparring* – seu companheiro de treino! Dito isso, passemos às estratégias anticéticas.

2.2. Rejeitando (3): o externismo semântico

Hillary Putnam (1981) argumentou que a hipótese cética (do cérebro numa cuba) é inconsistente – se for verdadeira implica sua própria falsidade. O argumento depende de um pressuposto sobre como somos capazes de nos referir a objetos externos (ou igualmente à nossa capacidade de fazer representações do mundo externo). Daí termos uma resposta semântica ao ceticismo.

Suponhamos que eu seja um cérebro numa cuba. Assim, a proposição <Sou um cérebro numa cuba> é verdadeira. E se é verdadeira, então os termos “cérebro” e “cuba” se referem a algo. Mas se referem a quê? Supostamente a objetos extramentais, ao meu cérebro e à cuba na qual me encontro, respectivamente. É aqui que entram as idéias de Putnam sobre a referência. Uma palavra ou uma representação mental só se refere a algo na medida em que há uma conexão causal apropriada entre a palavra ou a representação e o objeto referido.⁵ Mas no caso em que fôssemos cérebros em cubas, os termos “cérebro” e “cuba”, por

5 - As idéias de Putnam sobre a referência e significado de nomes próprios e termos para categorias naturais encontram-se no seminal “The meaning of ‘meaning’” (1975). Putnam, ao lado de Saul Kripke (c.f. *Naming and Necessity* 1980), inaugurou aquilo a que se chama hoje *externismo semântico* – tanto na filosofia da linguagem quanto na filosofia da mente. Para uma exposição lúcida e informativa veja o *Philosophical Analysis in 20th Century*, de Scott Soames (2003).

exemplo, não estariam conectados causalmente (ou se têm qualquer conexão causal, essa não é apropriada) aos objetos externos; estariam, no máximo, conectados à *imagem do meu cérebro produzida pela simulação do supercomputador* e à *imagem da minha cuba produzida pela simulação*. Assim, se os termos “cérebro” e “cuba” se referem a algo, referem-se, no máximo, ao cérebro na imagem e à cuba da imagem. Ora, a hipótese do cérebro numa cuba diz respeito a cérebros e cubas reais, no mundo externo, não a cérebros e cubas virtuais. Assim, se é verdade que sou um cérebro numa cuba, quando digo que sou um cérebro numa cuba, estou dizendo algo diferente da hipótese original.

Simplificando o argumento: Se BIV, então “cérebro” e “cuba” referem-se a cérebro e cuba (no mundo real) respectivamente. Mas tais termos não se referem a cérebro e cuba. Logo, não é o caso que BIV.⁶

Suponhamos – deixando de lado possíveis dificuldades – que o argumento de Putnam seja sólido. Ele, contudo, não refuta a hipótese cética. Refuta, no máximo, a hipótese de que sempre fomos um cérebro numa cuba. Se alterarmos a hipótese – como apresentei já no início do texto – para a hipótese de que nossos cérebros foram removidos de nossos crânios, então nossos termos continuam se referindo ao mundo externo e não à imagem da simulação. O argumento cético ainda parece ficar de pé.

2.3. Rejeitando (3): a resposta mooriana

Outra maneira de se rejeitar (3) é através do seguinte argumento:

- 1 - Sei que tenho mãos.
- 2 - Se sei que tenho mãos, então sei que não-BIV.
- 3 - Logo, sei que não-BIV.

Esse tipo de argumento ficou conhecido como “mooriano” inspirado naquilo que G. E. Moore (1873-1958) chamou de uma prova da existência do mundo externo em “A proof of an external world” (1939).⁷ Embora a postura do Moore histórico frente ao ceticismo seja

⁶ - Não é consensual que assim formulado o argumento de Putnam seja capaz de sustentar a conclusão de que sei que não sou um BIV. Cf. Brueckner (1986; 2012) e Hickey (in IEP).

⁷ - O argumento acima não é exatamente o argumento de Moore. (Ele não faz qualquer alusão a cérebro numa cuba). Para ser

mais complexa do que o moorianismo,⁸ a ideia geral é de que dispomos de um argumento cogente cuja conclusão é “sei que não sou um cérebro numa cuba”.

Se prestarmos bem atenção, veremos que a segunda premissa do argumento mooriano é a primeira do argumento cético, de modo que para vencer o cético o mooriano só precisa argumentar a favor de sua primeira a premissa, a de que sei que tenho mãos. Qual o argumento? Talvez nem precisássemos de um; não é suficientemente óbvio que sabemos proposições de senso comum, *e.g.*, que tenho mãos, ou que há um computador em minha frente? Afinal, é uma questão de olhar e ver os objetos externos que estão à minha volta. Contudo, se eu fosse um BIV também “veria” mãos, computadores, e toda sorte de objetos (nesse caso, virtuais!). Portanto, simplesmente olhar e ver não parece não ser suficiente para que eu saiba que tenha mãos. Eu teria, além disso, de ser capaz de eliminar a hipótese cética como uma alternativa relevante na explicação daquilo vejo. Por conseguinte, tal estratégia mooriana não parece efetiva para resolver o puzzle cético.

O argumento mooriano é um caso típico de petição de princípio. Embora a conclusão – *sei que não sou um cérebro numa cuba* – não ocorra dentre as premissas do argumento, é pressuposta na defesa da primeira premissa, uma vez que eliminar a alternativa cética implica em saber que a hipótese cética é falsa. Isto é, o mooriano só pode sustentar que sabe que tem mãos se já souber que não é um cérebro numa cuba. E só pode sustentar que não é um cérebro numa cuba se já souber que tem mãos.

Outro problema suscitado pelo moorianismo é o que Stewart Cohen chamou de *conhecimento fácil*. Suponhamos (sem mais complicações) que sei perceptualmente que há uma mesa vermelha em minha frente. A proposição <Há uma mesa vermelha em minha frente> implica a proposição <A mesa em minha frente não é branca iluminada de modo que pareça vermelha>. (A primeira proposição implica a última porque não há qualquer circunstância possível em que seja verdade que a mesa em minha frente seja vermelha e que essa mesma mesa seja branca iluminada para parecer vermelha). Ora, se sei que a mesa é vermelha, e sei que se é vermelha não é branca iluminada para parecer vermelha, posso

mais preciso o argumento é algo mais ou menos como:

- 1 - Eis aqui uma mão.
- 2 - Eis aqui outra mão.
- C1 - Logo, há duas mãos.
- C2 - Logo, há objetos externos.

Certamente que podemos, sem problema algum, prefixar o operador de conhecimento “Sei que” às premissas e às conclusões do argumento acima.

Não é exatamente claro que a estratégia de Moore seja contra o cético; a sua tentativa de provar que o mundo externo existe pode ser entendida como uma refutação do idealismo (cf. BALDWIN 1993). Contudo, uma vez que a motivação principal idealista é evitar o ceticismo – rejeitando o mundo externo – uma prova do mundo externo que refute o idealista também refuta o cético.

8 - Talvez Moore não tenha sido um mooriano! Veja BAUMANN (2008).

inferir que a mesa não é branca iluminada para parecer vermelha e, através disso, saber que a mesa não é branca iluminada para parecer vermelha. (É exatamente o mesmo tipo de raciocínio usado pelo mooriano). Contudo, o tipo de evidência adequada para tornar conhecimento a minha crença de que há uma mesa vermelha em minha frente é diferente do tipo de evidência adequada para a crença de que a mesa não é branca iluminada para parecer vermelha. A mesa parecer vermelha é geralmente considerado como boa evidência para a crença de que a mesa é vermelha; contudo, não parece ser uma boa evidência para a crença de que a mesa não é branca iluminada para parecer vermelha. Se o mooriano estiver certo, então parece que podemos obter conhecimento de maneira demasiado fácil de certas proposições que são implicadas por proposições de senso comum – como a proposição de que tenho mãos ou a de que há uma mesa vermelha na minha frente. Intuitivamente, porém, não parece ser esse o caso.

Ademais, o mooriano não é capaz de explicar a força do argumento cético. Supor simplesmente que sabemos proposições do senso comum não nos dá qualquer pista de por que parece plausível dizer que não sabemos as negações das hipóteses céticas.⁹

2.4. Rejeitando (2): alternativas relevantes

Vimos na seção anterior que uma das dificuldades de sustentar que tenho mãos é que não é fácil afastar a alternativa cética. Para tornamos isso mais claro, podemos pensar na seguinte exigência para o conhecimento:

ALT:

Se S sabe que p , então, para qualquer q relevante incompatível com p , S é capaz de eliminar q .

Por exemplo, suponha que Deckard, de passagem por Ouro Preto, veja Joaquim na praça e forme a crença verdadeira de que ali há um homem. Geralmente atribuiríamos conhecimento a Deckard. Mas desconhecido a ele, Ouro Preto se tornara uma colônia

⁹ - Duncan Pritchard (2007, pp. 70-75) oferece um diagnóstico conciso das principais falhas do moorianismo (algumas delas supracitadas). Ele aponta seis dificuldades centrais para o argumento mooriano: (i) petição de princípio contra o argumento cético; (ii) o impasse gerado pela força da premissa 2 do argumento cético; (iii) a inadequação conversacional do uso de "Eu sei que p "; (iv) falta de uma teoria de fundo que explique como podemos saber que não-BIV; (v) não explica a força do argumento cético, e (vi) não é capaz de lidar com a subdeterminação.

de replicantes Nexus-6 – que são visual e comportamentalmente indistinguíveis de seres humanos. Joaquim, por sorte, é o último humano de Ouro Preto. Já agora, hesitamos bastante em atribuir conhecimento a Deckard – muito embora a sua crença seja verdadeira e formada de maneira adequada. A razão pela qual hesitamos em atribuir conhecimento a Deckard é que ele não é capaz de eliminar uma alternativa relevante, a de que Joaquim, ao invés de ser homem, é um replicante. Essa alternativa é relevante porque tivesse Deckard olhado para o Padre Rolim, e não para Joaquim, teria acreditado falsamente que havia na praça uma pessoa.

O cético parece se aproveitar de ALT. Uma vez que não somos nunca capazes de afastar a hipótese BIV – que explica igualmente os meus dados dos sentidos – não podemos saber qualquer coisa que seja sobre o mundo externo. Mas será que BIV é uma alternativa relevante?

Consideremos primeiro o seguinte caso, apresentado por Fred Dretske (1970). Levo meu filho ao zoológico e lhe aponto um animal que se parece uma zebra – tem porte de equino, é listrado, etc. – dentro de uma jaula em que há uma placa com a indicação “zebra”. É verdade que o animal é uma zebra, e meu filho forma a crença verdadeira, com base em evidências adequadas, de que o animal é uma zebra. Contudo, há a possibilidade de aquele animal ser, ao invés de uma zebra, uma mula pintada para parecer uma zebra (assim como no caso da mesa apresentado na objeção do conhecimento fácil). Talvez o dono do zoológico não tenha tido dinheiro suficiente para comprar uma zebra, e para não perder freguesia, disfarçou a mula de zebra. A proposição <o animal é uma mula disfarçada> é uma alternativa à proposição <o animal é uma zebra>, mas não é relevante, pensa Dretske. As circunstâncias possíveis – ou mundos possíveis – em que o animal fosse uma mula disfarçada seriam distantes o bastante da situação atual de modo que a possibilidade de a proposição <o animal é uma mula disfarçada> ser verdadeira não ameaça o estatuto epistêmico da minha crença, no mundo atual, de que o animal é uma zebra.

A hipótese cética é como a hipótese de o animal ser uma mula disfarçada: as circunstâncias possíveis em que é verdadeira são distantes o suficiente da circunstância atual (ou efetiva) que a sua mera possibilidade não afeta o estatuto epistêmico da minha crença de que tenho mãos, ou que há um computador em minha frente. Portanto, a hipótese cética não é uma alternativa relevante à minha crença de que tenho mãos.

Note, agora, que a proposição <o animal é uma zebra> implica <o animal não é uma mula disfarçada>, uma vez que não há qualquer circunstância possível em que a primeira seja verdadeira e a última falsa. O leitor pode então estar perplexo: uma vez que sei a implicação, sei a antecedente, basta que raciocine e conclua que sei que o animal não é

uma mula disfarçada (o que mostra que sou capaz de afastar a alternativa). Porém, Dretske argumenta que esse é um caso em que não posso saber a implicação, pelo menos não desse modo. As evidências de que disponho são adequadas para a crença de que o animal é uma zebra – se o animal fosse um hipopótamo, por exemplo, não me pareceria uma zebra e eu não formaria a crença de que o animal é uma zebra; contudo, não são evidências adequadas para a crença de que o animal não é uma mula disfarçada – uma vez que ainda que houvesse uma mula disfarçada na jaula, eu ainda continuaria acreditando que o animal é uma zebra. (Lembre-se do caso de Deckard – ele não sabe que Joaquim é um humano pois tivesse Joaquim sido um Nexus 6, ele ainda continuaria acreditando que Joaquim fosse humano). Assim, sei que o animal é uma zebra, mas não sei que não é uma mula disfarçada.

O mesmo vale para a condicional do cético: sei que tenho mãos, mas não sei que não sou um cérebro numa cuba. Isso parece mostrar que a proposição 2 do puzzle cético é falsa. Essa alternativa mantém a força da proposição 3 – <Não sei que não sou um cérebro numa cuba> –, mas tira-lhe a importância: não é uma alternativa relevante às nossas crenças sobre o mundo externo.

2.5. Rejeitando (2): a teoria rastreadora

Uma abordagem bastante próxima à anterior se deve a Robert Nozick (1981). Nozick, e também Dretske (1971), argumentou que o conhecimento possui uma componente contrafactual – *i.e.* uma crença verdadeira conta como conhecimento quando certas relações entre o modo como as coisas são e como poderiam ter sido são satisfeitas. Na seção anterior, ao explicar porque certas alternativas não são relevantes usamos o termo “formaria”, no subjuntivo – *se tais e tais coisas fossem de tal modo, eu formaria a crença tal*. A ideia de Nozick é que se sei uma proposição p qualquer, então se não fosse o caso que p eu não *formaria* a crença de que p .¹⁰ Se uma crença conta como conhecimento, ela tem de ser sensível (ou sensitiva) à verdade num conjunto determinado de circunstâncias.¹¹

*Sensitividade: se p não fosse o caso, então S não formaria a crença de que p .*¹²

10 - Ele também adiciona uma outra condição – se p fosse o caso, então eu formaria a crença de que p – a que ele chama de condição de aderência. Podemos, contudo, deixá-la de lado aqui.

11 - A versão da teoria rastreadora sustentada por Dretske (1971), cuja teoria de Nozick é uma modificação, é conhecida como “abordagem das razões conclusivas”. S sabe que p se e somente se tem uma razão conclusiva R para p . R, por sua vez, é uma razão conclusiva para p se e somente se não fosse p o caso, R não teria sido o caso.

12 - Para uma formulação mais precisa e que evite contraexemplos temos de fazer referência ao método ou processo pelo

Para tornar mais precisa essa noção temos de introduzir o jargão dos mundos possíveis. Ao conjunto de circunstâncias nas quais as coisas poderiam ter sido de determinado modo chamaremos “mundos possíveis”. Ao modo como as coisas efetivamente são, *i.e.* a circunstância efetiva ou atual, chamamos “mundo atual” (ou “efetivo”). Por exemplo, no mundo atual a proposição <Osama Bin Laden é um terrorista> é verdadeira, mas há vários mundos possíveis nos quais é falsa. Há mundos possíveis nos quais ao invés de despender suas forças para o terror, ele ajuda a eliminar a pobreza no mundo.¹³

Diremos agora que uma condicional contrafactual do tipo *se fosse o caso que p, então seria o caso que q* significa aproximadamente *nos mundos possíveis mais próximos ao atual em que p é verdadeira, q também é verdadeira*. Assim, *se não fosse o caso que p então eu não acreditaria que p* significa *nos mundos possíveis mais próximos ao mundo atual em que p é falsa eu não formo a crença de que p*. Há muitos mundos possíveis em que *p* é falsa e ainda assim formo a crença de que *p*; contudo, só os mundos mais próximos é que contam para a avaliação da condicional contrafactual: se nesses mundos próximos *p* é falsa e não formo a crença de que *p*, então a condicional é verdadeira; se, por outro lado, *p* é falsa e ainda assim formo a crença de que *p*, então a condicional é falsa.¹⁴

A noção de sensibilidade torna-se agora um pouco mais clara: sei uma proposição *p* quando nos mundos possíveis mais próximos ao atual em que *p* é falsa (ou não é o caso) não formo a crença de que *p*. Quando sabemos que *p* a nossa crença de que *p* “rastrea” a verdade nesse conjunto de mundos possíveis. Fica mais clara também a noção de alternativa relevante: a extensão das alternativas relevantes é delimitada ao conjunto de mundos possíveis próximos.

Estamos prontos agora para entender a resposta de Nozick ao ceticismo. Primeiro usamos

qual o sujeito formou sua crença. Assim, a sensibilidade deveria ser lida do seguinte modo, com “M” representando o método ou processo de formação de crença: *se não fosse o caso que p, então S não acreditaria, via M, que p*. Para facilitar deixaremos implícita a menção ao método.

13 - De maneira um pouco mais precisa, um mundo possível é um conjunto maximal consistente de proposições. Isto é, para qualquer proposição, ou essa proposição pertence ao conjunto ou a sua negação pertence. Isso nos garante que tenhamos uma descrição total do mundo. O mundo atual é também um mundo possível. A princípio não há restrições à quantidade de proposições diferindo em valor de verdade do mundo atual para que um conjunto de proposições seja considerado um mundo possível não-atual. Por exemplo, uma descrição total do mundo que contenha todas as proposições que são verdadeiras no mundo atual menos uma, é um mundo possível não-atual; e assim por diante.

14 - Não é exatamente fácil determinar que conjunto de mundos possíveis conta como o *mais próximo* ao atual. Intuitivamente, um mundo possível será tanto mais próximo ao atual quanto menos proposições diferirem em valor de verdade. Por exemplo, suponhamos que o conjunto @ possui apenas três proposições verdadeiras, {*p, q, r*}, e que em *w1* *p* é falsa, e em *w2* *p* e *q* são falsas. Nesse caso, *w1* é mais próximo a @ do que *w2*. Seguiremos a sugestão de Dretske (1971) (embora não sem dificuldades) de que os mundos próximos relevantes para a atribuição de conhecimento são aqueles em que apenas a proposição alvo (e todas aquelas proposições que dependem dela lógicamente e causalmente) tem seu valor de verdade alterado; tudo o mais mantemos inalterado. Para dificuldades sobre essa proposta veja o exemplo do termômetro em GOLDMAN (1986, p. 45).

a sensibilidade para explicar o nosso conhecimento de proposições de senso comum, *e.g.*, a de que tenho mãos. Vejamos. Se sei que tenho mãos, então se não fosse o caso que tenho mãos, eu não acreditaria que tenho mãos. No jargão dos mundos possíveis: nos mundos possíveis mais próximos em que não tenho mãos não formo a crença de que tenho mãos. Os mundos mais próximos em que não tenho mãos são, por exemplo, os mundos em que perdi as mãos num acidente, ou os mundos em que nasci sem mãos, etc. Nesses mundos, quando olho para os cotocos nos meus braços, digamos, não formo a crença (falsa) de que tenho mãos. Portanto, de acordo com a sensibilidade, sei que tenho mãos. Ou considere a minha crença verdadeira de que há um computador em minha frente neste exato instante. Nos mundos mais próximos nos quais não é o caso que há um computador em minha frente – *e.g.* nos mundos em que estou redigindo este texto à mão – quando olho para o texto, não formo a crença de que há um computador em minha frente. Portanto, de acordo com a sensibilidade, sei que há um computador em minha frente. O conhecimento é, de acordo com tal perspectiva, crença verdadeira sensitiva.

O segundo passo consiste em mostrar que a minha crença de que não sou um cérebro numa cuba não é sensitiva. Ou seja, temos de mostrar que nos mundos possíveis mais próximos em que a proposição <Sou um BIV> é verdadeira, ainda assim formo a crença de que não sou um BIV. E isso não é difícil de ver, pois faz parte da hipótese cética de que sou um cérebro numa cuba que não sou capaz de distinguir em primeira pessoa se minhas experiências sensoriais foram causadas pelo mundo externo ou pelos impulsos enviados do supercomputador. Assim, naqueles mundos em que sou um cérebro numa cuba – e que estou massivamente enganado sobre o mundo externo – ainda assim formo a crença de que não sou um cérebro numa cuba, pois infiro a partir crença falsa de que tenho mãos que não sou um BIV. De acordo com a sensibilidade, portanto, não sei que não sou um cérebro numa cuba.

O terceiro passo é simples: é só conjuntarmos a conclusão do primeiro passo – *sei que tenho mãos* – com a conclusão do segundo – *não sei que não sou um cérebro numa cuba*. Ora, essa conjunção é equivalente a *não é o caso que se sei que tenho mãos, então sei que não sou um cérebro numa cuba*. Ou seja, o resultado de se aplicar o teste da sensibilidade a ambas as crenças é a negação da condicional que constitui a proposição (2) do puzzle cético.

Em suma, a sensibilidade concede ao cético a força de sua hipótese, mas nega que a nossa incapacidade de excluí-la nos prive de obter conhecimento.

2.5.1. A conjunção abominável: rejeição do princípio de fechamento

Embora promissora, a teoria rastreadora (juntamente da teoria das alternativas relevantes de Dretske) enfrenta um desafio considerável. Uma vez que a proposição <Tenho mãos> implica a proposição <Não sou um BIV> – *i.e.* se tenho mãos, então não sou um cérebro numa cuba – soa bastante estranho dizer que sei que tenho mãos, mas que não sei que não sou um cérebro numa cuba. É como se eu dissesse “Sei que estou escrevendo agora, (e se estou escrevendo agora, é verdade que estou vivo), mas não sei que estou vivo”. Keith DeRose (1995) chamou a isso “conjunção abominável”.

O que torna essa conjunção abominável é que o conhecimento parece ser fechado sob implicação conhecida. Isto é, se sei uma proposição qualquer, sei que essa proposição implica um outra proposição, então também sei essa última. Assim, o seguinte princípio de fechamento epistêmico parece verdadeiro (no qual K é o operador de conhecimento e significa “S sabe que”):

CK:

$$[K\alpha \ \& \ K(\alpha \rightarrow \beta)] \rightarrow K\beta^{15}$$

Não é difícil ver como CK sustenta a proposição (2) do puzzle. É plausível pensar que a proposição <Se tenho mãos, então não sou um cérebro numa cuba>, que vamos representar por $(p \rightarrow \neg q)$, é uma verdade conceitual. Basta pensarmos sobre o conceito de *mundo externo* e na hipótese cética para percebermos que não pode ser verdade que ao mesmo tempo que tenho mãos também sou um BIV, de modo que $K(p \rightarrow \neg q)$. Assim, sob a suposição de que sei que tenho mãos, Kp , e dado que CK é verdadeiro, se sei que tenho mãos, então sei que não sou um cérebro numa cuba, $Kp \rightarrow K\neg q$. Esquemáticamente:

1 - Kp	(Suposição)
2 - $K(p \rightarrow \neg q)$	(Verdade conceitual)

15 - Assim formulado o princípio enfrenta contraexemplos óbvios: posso saber que p , saber que p implica q , e, contudo, não acreditar que q , de modo que também não posso saber que q . Isso pode ocorrer pois posso não ter feito uma inferência e concluído que q . Ou posso simplesmente ter formado a crença em q aleatoriamente. Assim o princípio tem de fazer referência a S acreditar em q a partir de uma inferência apropriada de p e $p \rightarrow q$. Mas isso ainda não é suficiente. Poderia ser o caso de eu ter formado a crença em q de maneira apropriada, mas no momento posterior ela ter sido apagada da minha memória. Assim, temos também de fazer referência à retenção da crença. (Para uma breve discussão sobre a formulação do fechamento veja LUPER 2016). Para os nossos propósitos, contudo, o princípio simplificado CK é suficiente.

3 - $[Kp \ \& \ K(p \rightarrow \neg q)] \rightarrow K\neg q$	(Instância de CK)
4 - $Kp \ \& \ K(p \rightarrow \neg q)$	1, 2 I&
5 - $K\neg q$	3, 4 MP
6 - $Kp \rightarrow K\neg q$	1- 6 I \rightarrow

Se pensamos que $Kp \rightarrow K\neg q$ é falsa, só nos resta negar o passo 2 ou o 3, uma vez que a falsidade de 6 implica $Kp \ \& \ \neg K\neg q$. Mas 2 é bastante implausível de se negar, de modo que temos de negar o passo 3. Ora, negar uma instância de um princípio geral é mostrar que esse princípio é falso. Portanto, temos de negar CK.

O problema de se rejeitar o princípio de fechamento é que ele parece ser indispensável para explicar como podemos saber algo inferencialmente. Ou seja, o fechamento é pelo menos uma condição necessária ao conhecimento inferencial. Por exemplo, é parte da explicação do conhecimento inferencial que o sujeito tem de saber as premissas de sua inferência e que sua garantia tem de ser, de algum modo, transferida para a conclusão. Tem de haver uma contraparte epistêmica da preservação da verdade; o princípio de fechamento parece oferecer tal contraparte.

Se, por um lado, a rejeição do fechamento afasta o desafio cético, por outro nos deixa sem uma explicação de como podemos saber algo inferencialmente.

Nozick está ciente de que a sua teoria implica a falsidade do princípio de fechamento. Contudo, pensa que essa não seja uma consequência ruim. Na verdade, ele pensa que a sua teoria contrafactual explica exatamente porque o fechamento falha. Seu argumento, porém, é falacioso. Ele argumenta que porque uma das condições necessárias ao conhecimento, a sensibilidade, não é fechada sob implicação conhecida, o conhecimento também não é. Ora, a crença, uma condição necessária ao conhecimento, claramente não é fechada sob implicação conhecida, e nem por isso dizemos que se segue disso que o conhecimento não é fechado sob a implicação conhecida. Do fato de uma das condições necessárias ao conhecimento não ser fechada sob implicação conhecida não se segue o conhecimento não seja. Pode ser que uma ou mais condições juntas é que sejam responsáveis pelo fechamento. Argumentar como Nozick é cometer a falácia de composição (cf. WARFIELD 2004). A despeito disso, a teoria de Nozick é robusta o suficiente para apoiar a negação do fechamento. Por exemplo, o fato dela lidar de maneira bem sucedida com vários casos à la Gettier. Além do mais, há quem esteja disposto abandonar o fechamento caso seja esse o preço a pagar para resolver problemas epistemológicos importantes como a natureza do conhecimento e

o ceticismo (cf. BECKER 2007, pp. 113-28; ADAMS e CLARKE 2005, p. 207, nota 2).¹⁶

Saul Kripke (2011), num influente artigo sobre a epistemologia de Nozick, apresentou um problema mais agudo à rejeição do fechamento. Suponha que você esteja dirigindo por uma região peculiar: seus moradores têm a tradição de erigir celeiros *fake* (de fachada), todos da cor azul. Dos 100 celeiros erigidos, 99 são *fake*, os azuis, e apenas 1 deles real, esse pintado de vermelho. De acordo com a sensibilidade, você, ao olhar para o celeiro vermelho e formar a crença de que está defronte a um celeiro vermelho, sabe que está de frente a um celeiro vermelho, pois a sua crença rastreia a verdade: nos mundos possíveis mais próximos em que você não está defronte a um celeiro vermelho, mas antes defronte a um azul, você não forma a crença de que está diante de um celeiro vermelho. Note também que a proposição <Há um celeiro vermelho defronte a mim> implica a proposição <Há um celeiro defronte a mim>. Contudo, de acordo com a sensibilidade, não sei que há um celeiro defronte a mim, uma vez que nos mundos próximos em que não há um celeiro defronte a mim, ainda acredito que há. Essa negação do fechamento parece ser muito mais estranha (e abominável) do que a de que sei que tenho mãos e não sei que não sou um BIV.

Há várias outras dificuldades – às quais não precisamos nos deter – que a teoria rastreadora enfrenta. Algumas técnicas, como por exemplo, o modo de se determinar quais mundos possíveis contam como próximos e quais não contam. Outras, mais graves, dizem respeito ao alcance: há argumentos tanto a favor de que a sensibilidade é demasiado estrita, quanto a favor de que é demasiado permissiva (para uma apresentação clara e sucinta, além de discussão, dessas objeções veja BECKER 2007).

Fred Dretske (1970) tentou explicar a falha do fechamento argumentando que operadores epistêmicos – e.g. “S sabe que”, “S tem evidência para”, “S está justificado”, etc. – são o que ele chamou de *semipenetrantes*. De acordo com ele, um operador é *penetrante* quando é fechado sob implicação conhecida (ou justificada, ou garantida, etc.). Uma vez que o conhecimento viola o fechamento (vide os exemplos da mula disfarçada na seção 2.4, e do cérebro numa cuba na seção 2.5), o operador de conhecimento “S sabe que” não é penetrante. Um operador é *semipenetrante* quando penetra em alguns casos mas não em outros. Por exemplo: $(Kp \ \& \ Kq) \rightarrow Kp$. Se S sabe essas duas proposições, então é verdade que sabe apenas uma delas. Nesse caso o operador “S sabe que” – o operador K – penetra na proposição implicada. Mas no caso da mula disfarçada, por exemplo, K parece não penetrar. Dretske não tem um argumento direto a favor disso; ao invés ele argumenta que há outros

16 - Peter Bauman (2012) argumenta que, sem que o próprio Nozick tenha se apercebido, é possível sustentar uma versão mais sofisticada do fechamento que esteja de acordo com a sensibilidade. Sherrilyn Roush (2006) tenta restabelecer a teoria rastreadora de Nozick, mantendo o fechamento, mas recorrendo não às condicionais contrafactuais, e sim a um enquadramento bayesiano.

operadores epistêmicos, e.g., o operador de explicação, que são também semipenetrantes.

Peter Klein (1995) aponta uma ambigüidade na argumentação de Dretske. Ao invés de ter refutado o princípio de fechamento, o que ele refutou foi, na verdade, o princípio de transmissão de evidência. O contraexemplo da zebra parece bem sucedido porque considera que o animal parecer uma zebra, embora seja boa evidência para a crença de que o animal é uma zebra, não é uma boa evidência para a crença de que o animal não é uma mula disfarçada. Ou seja, o status epistêmico conferido pela evidência na primeira crença não é transmitido para a segunda. Contudo, Klein nos atenta para uma leitura mais adequada do princípio de fechamento: não é a evidência a favor da primeira crença que tem de ser adequada para a segunda, mas antes é a própria crença (garantida, justificada, etc.) que irá funcionar como evidência. Isto é, a antecedente (quando sustentada) de uma instância do princípio de fechamento contará como evidência para a sua conseqüente.

Em sua última contribuição à discussão sobre o princípio de fechamento, Drestke (2005) tenta explicar a falha do fechamento recorrendo à ideia das *implicações de grande porte* [*heavyweight implications*]. As implicações de grande porte são algo como o seguinte: *se p* (em que *p* representa uma proposição do senso comum) *então não-BIV*, *se p então há um mundo externo*, *se p então há objetos físicos*, etc. Dretske argumenta que qualquer inferência que envolva implicações de grande porte violará o princípio de fechamento e, portanto, falhará em fornecer conhecimento da conclusão ao sujeito.

Interlúdio II: regresso ad infinitum, subdeterminação e ceticismo

É importante notar que nem toda formulação do argumento cético faz uso do princípio de fechamento epistêmico. Por exemplo, o argumento pirrônico não depende diretamente do fechamento. Vejamos:

A - Se sei uma proposição qualquer P_1 , então sei outra proposição P_2 que implica P_1 .

B - Se sei P_2 , então sei P_3 ...

C - Se sei P_n , então sei P_{n+1} e (ou seja, *ad infinitum*)

D - Assim, sempre haverá uma proposição anterior P_{n+1} que não sei.

E - Por conseguinte (por sucessivos *modus tollens*), não saberei $P_{n-1}, \dots, P_n, \dots, P_2, P_1$.

O argumento pirrônico estabelece a conclusão cética através do regresso *ad infinitum* de proposições. Uma vez que a exigência para saber uma proposição é saber outra, anterior a ela, sempre haverá uma proposição que será preciso saber, de modo que nunca atingiremos uma primeira proposição. Como se vê, esse argumento não faz menção ou mesmo pressupõe o fechamento.

Outro argumento cético que dispensa o fechamento é o argumento da subdeterminação. Duas hipóteses inconsistentes entre si, h e h' , e consistentes com um dado qualquer e são subdeterminadas se, e somente se, têm exatamente as mesmas conseqüências observacionais o . Assim, a observação de o não é suficiente para decidir entre h e h' ; por conseguinte, temos de suspender o juízo quanto à verdade de ambas. Vejamos como a subdeterminação gera o argumento cético:

A - Se a hipótese do mundo externo é verdadeira, então explica a minha experiência visual de ver minha mão.

B - Se a hipótese do cérebro numa cuba é verdadeira, então explica a minha experiência visual de ver minha mão.

C - A minha experiência visual não é suficiente para decidir entre as hipóteses.

D - Logo, tenho de suspender meu juízo quanto à origem das minhas experiências visuais da minha mão.

Novamente o argumento não faz menção ou pressupõe o fechamento (cf. BRUECKNER 1994, 2005; PRITCHARD 2005 e BRIESEN 2010 para uma discussão sobre a subdeterminação e o fechamento).

Dado o nosso puzzle cético inicial ter sido formulado com a pressuposição do fechamento, não daremos atenção a essas outras versões do argumento cético. Isso não impede, porém, que as alternativas aqui apresentadas sejam capazes de lidar com tais argumentos.

2.6. De volta à (3): o neo-moorianismo

Vimos que a teoria rastreadora enfrenta problemas ao rejeitar o fechamento. Mas daí não se segue que tenhamos de rejeitar qualquer abordagem contrafactual (ou modal) ao conhecimento. Uma abordagem modal alternativa, que usa a contrapositiva¹⁷ da sensibilidade, está disponível:

*Segurança: Se S acreditasse que p , então p seria o caso.*¹⁸

No jargão dos mundos possíveis, nos mundos possíveis mais próximos em que S acredita que p , p é verdadeira.

A segurança se sai igualmente bem nos vereditos dos casos à la Gettier, porém tem a suposta vantagem de manter o fechamento. Além disso, parece dar conta do conhecimento indutivo, coisa que a sensibilidade parece não fazer (SOSA 1999).

A segurança não viola o fechamento pois permite que possamos saber a negação da hipótese cética a partir de conhecimento do senso comum. Assim, o argumento mooriano é restabelecido – daí termos uma resposta chamada “neo-moorianismo” (PRITCHARD 2002, 2007). Para vermos que a segurança funciona, basta aplicar o teste contrafactual, assim como fizemos com a sensibilidade. Nos mundos mais próximos em que acredito que tenho mãos é também verdade que tenho mãos. É claro que há mundos em que acredito que tenho mãos e é falso que tenho mãos – *e.g.* no mundo BIV – mas esses mundos não contam como próximos. Assim, de acordo com a segurança, sei que tenho mãos. A condicional, *se tenho mãos, então não sou um BIV* – também conta como conhecimento, uma vez nos mundos próximos em que acredito nela (refletindo sobre o conceito de mundo externo) ela continua sendo verdadeira. Por último, a crença de que não sou um BIV. Nos mundos próximos em que acredito que não sou um BIV – *e.g.* o mundo em que não tenho mãos – é também verdade que não sou um BIV. Novamente, é claro que há mundos em que acredito que não sou um BIV e sou de fato um BIV; mas esses mundos são distantes o suficiente para não contarem como mundos próximos. Assim, sei que não sou um BIV. E não há qualquer violação do fechamento: sei que tenho mãos, sei que se tenho mãos não sou um BIV, e sei que não sou um BIV.

A segurança e a sensibilidade, à partida, dão os mesmos vereditos sobre os casos comuns de conhecimento. A diferença crucial entre elas fica clara quando consideramos as negações

¹⁷ - A contrapositiva de uma contrafactual, diferentemente de uma condicional material, não é equivalente. Assim, uma condicional sensitiva não tem as mesmas condições de verdade que uma condicional segura. A extensão do conjunto de mundos próximos em que avaliamos a condicional da sensibilidade não coincide com a extensão de mundos próximos em que avaliamos a condicional da segurança.

¹⁸ - Assim como no caso da sensibilidade, devemos também manter implícita a referência ao método ou processo de formação de crença.

das hipóteses céticas. Como vimos, de acordo com a sensibilidade não sabemos as negações das hipóteses céticas; mas de acordo com a segurança podemos saber. Isso ocorre porque a sensibilidade, ao levar em conta os mundos em que a proposição alvo é falsa, considera como próximos um conjunto de mundos que a segurança considera distantes o suficiente.

Embora a segurança pareça preferível à sensibilidade, não está livre de problemas; há contraexemplos à necessidade da segurança como condição ao conhecimento (cf. COMESAÑA 2005). E também não é claro que seja capaz de lidar com o contraexemplo da violação do fechamento levantado por Kripke (seção 2.5.1 acima).

2.7. Rejeitando o invariantismo: o contextualismo

Até agora todas as tentativas de solução ao puzzle cético, embora diversas, têm algo relevante em comum – pressupõem que os padrões a serem satisfeitos para que se atribua conhecimento a um sujeito são invariantes. O contextualismo, por outro lado, sustenta que os padrões para atribuição do conhecimento variam de acordo com o contexto. Uma maneira pela qual poderíamos chegar naturalmente ao contextualismo é através das alternativas relevantes. A ideia da abordagem das alternativas relevantes é que para saber que p não precisamos excluir todas as alternativas a p , apenas as alternativas relevantes. E o que determina quais são as alternativas relevantes e quais não são é o contexto. Por exemplo, suponha que você está numa festa à fantasia e vê alguém fantasiado de Gandolf. É natural atribuímos conhecimento a você quando você aponta para a pessoa e diz “Eis ali o meu amigo”. Mas suponha que haja mais três Gandolf’s ali; todos fantasiados perfeitamente e indistinguíveis uns dos outros à primeira vista. Já nesse caso não lhe atribuiríamos conhecimento, pois você não é capaz de excluir (não visualmente) as alternativas relevantes à proposição de que ali está o seu amigo. Se fosse o seu desafeto ao invés de seu amigo você ainda acreditaria que é o seu amigo. Ou seja, no primeiro contexto você sabe que p , ao passo que no segundo contexto você não sabe essa mesma proposição.¹⁹ Alguns epistemólogos sustentam que nossas atribuições de conhecimento – e, por conseguinte, se o sujeito sabe ou não – são sensíveis ao contexto, como o exemplo recém mencionado.

O contextualismo epistêmico é visto geralmente como uma tese semântica, *i.e.*, uma tese

¹⁹ - Não há a teoria contextualista. Na verdade, há várias teorias diferentes. O contextualismo motivado pela abordagem de Dretske (e.g. HELLER 1999) tende a negar o fechamento epistêmico, enquanto que Steven Cohen (1988) defende uma abordagem das alternativas relevantes que mantém o fechamento. Um tipo diferente de contextualismo, que também mantém o fechamento, é o baseado na sensibilidade (DEROSE 1995). Por motivos de espaço, apresentarei apenas a abordagem baseada na sensibilidade.

sobre as condições de verdade de proposições do tipo *S sabe que p*. A ideia que é o termo “sabe” funciona como as expressões indexicais – “eu”, “ele”, “aqui”, etc. –, casos paradigmáticos de expressões cujo significado é sensível ao contexto. Por exemplo, a frase *Eu estou em Ouro Preto*, proferida por mim neste instante, é verdadeira, pois expressa a proposição <L. H. está em Ouro Preto>; mas falsa se proferida neste instante por Donald Trump, pois expressa a proposição diferente <D. T. está em Ouro Preto>. De modo análogo a frase *Mick Jagger sabe que o Brasil foi derrotado pela Alemanha*, mediante a contextos epistêmicos diferentes, pode expressar proposições diferentes.

Os invariantistas consideram que o predicado “sabe que” expressa uma relação binária entre um sujeito e uma proposição. Já os contextualistas pensam que “sabe que” expressa uma relação triádica entre o sujeito, a proposição e o contexto. É por isso que os contextualistas pensam que *S sabe que p* pode expressar proposições diferentes: o terceiro elemento da relação pode variar. A frase “S sabe que p” não expressará uma proposição a menos que o contexto esteja nela indexado.

Mas como o contextualismo pode nos ajudar a responder ao desafio cético? Keith DeRose (1995) argumenta que nos contextos comuns, cotidianos, em que as exigências ao conhecimento são mais brandas, sei que tenho mãos e sei também que não sou um cérebro numa cuba; ao passo que nos contextos céticos, cujas exigências são mais elevadas, não sei que tenho mãos, pois não sei que não sou um cérebro numa cuba. DeRose recorre à sensibilidade para explicar a força da posição epistêmica que um sujeito tem para satisfazer as exigências de um determinado contexto – e, por conseguinte, tornar verdadeira uma atribuição de conhecimento a esse sujeito. Nos contextos cotidianos, em que preocupações céticas não estão em jogo, o conjunto de mundos possíveis próximos não inclui qualquer mundo em que a proposição <Eu sou um BIV> é verdadeira – os mundos-BIV são distantes do mundo atual. Porém, em contextos céticos, em que somos desafiados a mostrar que sabemos que não estamos num mundo-BIV, a esfera de mundos possíveis próximas é ampliada de modo a incluir mundos-BIV. Assim, dada a sensibilidade, nos contextos cotidianos a minha crença de que tenho mãos rastreia a verdade dessa proposição nos mundos próximos – mundos em que não sou um BIV; por outro lado, nos contextos céticos, há pelo menos um mundo em que a minha crença de que não tenho mãos não rastreia a verdade da proposição <Tenho mãos>, pois no mundo-BIV mais próximo em que acredito que tenho mãos, não é o caso que tenho mãos.

Em outras palavras, o argumento mooriano pode ser aplicado com sucesso no contexto cotidiano, mas não no contexto cético. Contudo, o que nos importa é o contexto cotidiano, não o contexto cético. Assim, o contextualista diz que não há de fato inconsistência entre

as proposições (1)-(3). Em contextos mais brandos, (1) é verdadeira e (3) é falsa; ao passo que em contextos mais elevados – e.g. num cenário cético – (3) é verdadeira e (1) falsa.

A vantagem dessa resposta é que, ao contrário das abordagens rastreadoras e das alternativas relevantes, o princípio do fechamento epistêmico é mantido. É por isso que o argumento mooriano pode ser aplicado no contexto cotidiano, mas não no contexto cético. Há, porém, uma restrição: o fechamento é válido apenas dentro do contexto, não entre contextos – i.e., vale apenas *intra* e não *inter*-contextos. Assim, não é permitido que façamos a seguinte inferência: sei que tenho mãos (*no contexto comum*), sei que se tenho mãos então não sou um BIV (*no contexto comum e no cético*); logo, sei que não sou um BIV (*no contexto cético*).

A outra vantagem da resposta contextualista é que ela explica a força do argumento cético onde as outras abordagens falham. A condicional *Se sei que ME, então sei que não-BIV* é verdadeira, pensa DeRose, em todos os contextos, pois pode ser descoberta por reflexão apenas. Não importa o quão alto seja o padrão num determinado contexto, sempre poderemos sabê-la. Além do mais, a nossa impossibilidade de responder ao cético se deve à mudança de contexto conversacional comum para um contexto no qual a dúvida cética é levantada; mas resguardados a contextos comuns, o ceticismo não nos ameaça.

O contextualismo enfrenta diversas objeções, das quais mencionarei apenas algumas. A mais óbvia é que o contextualista concede demais ao cético; basta que a dúvida cética seja introduzida num contexto para que não possamos atribuir conhecimento aos sujeitos. E mais; em contextos epistemológicos, em que é extremamente difícil ficar longe da dúvida cética, o contextualismo implica que todas as nossas atribuições de conhecimento são também falsas. E as coisas podem ainda piorar, pois se por descuido de meu pensamento longo acabo por formular a hipótese cética, deixo de ter conhecimento. O contextualismo parece ir longe demais. Para que S saiba que *p* é preciso que seu contexto esteja completamente livre da dúvida cética, o que certamente só ocorre com agentes pouquíssimos reflexivos. Para respostas breves a essas objeções e mais referências, veja HANNON 2016.

3. Coda

O ceticismo é sem dúvida um dos puzzles filosóficos mais fascinantes, não à toa tem ocupado a atenção dos filósofos pelo menos desde os gregos antigos. Respondê-lo, contudo, não tem sido tarefa fácil; o nosso breve exame já sinaliza para dificuldade de se atingir uma resposta satisfatória – e quem dirá definitiva! Há filósofos que, como Kant, acham um

“escândalo não haver uma prova do mundo externo”. Do meu lado, prefiro pensar que é um bem para filosofia que assim continue: a beleza dos problemas filosóficos reside certamente nos puzzles que os geram.

Bibliografia

- ADAMS, F. e CLARKE, M. (2005) “Resurrecting the tracking theories. *Australasian Journal of Philosophy*, 83 (2): 207-221.
- BAUMANN, P. (2008) “Was Moore a Moorian? On Moore and Scepticism”. *European Journal of Philosophy* 17 (2): 181-200.
- BECKER, K. (2007) *Epistemology Modalized*. Routledge.
- BECKER, K. e BLACK, T. (2012) *The Sensitivity Principle in Epistemology*. Cambridge University Press.
- BRIESER, J. (2010) “Reconsidering Closure, Underdetermination, and Infallibilism”. *Grazer Philosophische Studien* 80, 221-234.
- Brueckner, Anthony. 1986. Brains in a Vat. *Journal of Philosophy* 83: 148-67
- BRUECKNER, A. (1994) “The Structure of Skeptical Argument”. *Philosophy and Phenomenological Research* 54, 827-834.
- BRUECKNER, A. (2005) “Fallibilism, Underdetermination, and Skepticism”. *Philosophy and Phenomenological Research* 71, 384-391.
- BRUECKNER, A. (2010) “Ceticismo e Fechamento”. In *Investigação Filosófica*, v. 5, n.1, 2014. Tradução de L. H. Marques Segundo. URL: <http://periodicoinvestigacaoofilosofica.blogspot.com.br/2014/09/luiz-helvecio-marques-segundo-traducao.html>.
- COHEN, S. (1988) “How to be a Fallibilist”, *Philosophical Perspectives*, Volume 2: 91–123.
- COLLINS, J. M. (2016) “Epistemic Closure Principles”, *The Internet Encyclopedia of Philosophy*. URL = <http://www.iep.utm.edu/epis-clo/>.
- DESCARTES, R. (1641) *Meditações*. Coleção Os Pensadores.
- DeROSE, K. (1995) “Solving the Skeptical Problem”. *The Philosophical Review* 104 (1): 1-52. URL: <http://www.revistafundamento.ufop.br/index.php/fundamento/article/>

view/224/85.

DRETSKE, F. (1970) “Operadores Epistêmicos”. *Intuitio* v.2, n.3, 2009, 400-418. Tradução de Luis Fernando Munaretti da Rosa.

DRETSKE, F. (1971) “Conclusive Reasons”. *Australasian Journal of Philosophy* 49 (1): 1-22.

DRETSKE, F. (2005) “The Case against Closure,” in Steup and Sosa (eds.), 13-26.

GOLDMAN, A. (1976) “Discrimination and Perceptual Knowledge”. *Journal of Philosophy* 73: 771-791.

GOLDMAN, A. (1986) *Epistemology and Cognition*. Harvard University Press.

HANNON, M. J. (2016) “Skepticism and Contextualism”. In *Routledge Handbook of Epistemic Contextualism*, (Ed.) J. J. Ichikawa.

HELLER, M. (1999) “Closure and Relevant Alternatives”. *Australasian Journal of Philosophy*, 77(2): 196–208.

HICKEY, L. P. (2016) “The Brain in a Vat Argument”. *The Internet Encyclopedia of Philosophy*. URL = <http://www.iep.utm.edu/brainvat/>.

KRIPKE, S. (2011) “Nozick on Knowledge”. In *Philosophical Troubles: Collected Papers vol. 1*. Oxford University Press.

LUPER, S. (2016) “Epistemic Closure”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/spr2016/entries/closure-epistemic/>.

MOORE, G. E. (1939) “A Proof of an external World”. [Trad. brasileira: “Prova de um mundo exterior”, em *Coleção Os Pensadores*, 1985].

NOZICK, R. (1981) *Philosophical Explanations*. Harvard University Press.

POLLOCK, J. e CRUZ, J. (1999) *Contemporary Theories of Knowledge*. Rowman & Littlefield.

PRITCHARD, D. (2002) “Recent Work on Radical Scepticism”. *American Philosophical Quarterly* 39, 215-57.

PRITCHARD, D. (2002) “Resurrecting the Moorean Response to Scepticism”. *International Journal of Philosophical Studies* 10, 283-307.

PRITCHARD, D. (2005) “The Structure of Sceptical Arguments”. *Philosophical Quarterly* 55, 37-52.

PRITCHARD, D. (2007) "How to be a Neo-Moorean". In *Internalism and Externalism in Semantics and Epistemology*, (ed.) S. Golderberg. *Oxford University Press*.

PUTNAM, H. (1981) "Cérebros numa Cuba". In: *Fundamento*, n. 8, 2004. Tradução de L. H. Marques Segundo. URL: <http://www.revistafundamento.ufop.br/index.php/fundamento/article/view/217/76>.

SOSA, E. (1999) "How to defeat the opposite of Moore". *Philosophical Perspectives* 13, 137-49.

WARFIELD, D. (2004) "When Epistemic Closure Does and Does not Fail: a Lesson from the History of Epistemology," *Analysis* 64: 35-41.